

Ata da LXXIIIª reunião ordinária do Conselho Pleno, convocada em 4 de setembro de 2008 e realizada nos dias 24 e 25 de setembro de 2008 em Brasília, com a pauta: Informes da Diretoria Executiva; acordo de mútua cooperação e intercâmbio entre a Andifes e a associação brasileira das editoras universitárias para produção e difusão do livro universitário; Informes dos Vice-presidentes Regionais; Informes das IFES; Informes das Comissões Temáticas; Hospitais Universitários; Implantação do REUNI – MEC; Secretário Executivo Henrique Paim e Secretário Ronaldo Mota (SESu); Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil; Conferência Nacional da Educação (CONAE), Secretário Executivo Adjunto Francisco das Chagas Fernandes (MEC); Autonomia universitária; Associados AULP; Orçamento da Andifes 2008/2009. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Adalberto Fazzio (UFABC); Alan Kardeck Martins Barbiero (UFT); Alex Bolonha Fiúza de Mello (UFPA); Aloísio Teixeira (UFRJ); Álvaro Toubes Prata (UFSC); Amaro Henrique Pessoa Lins (UFPE); Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL); Antônio César Gonçalves Borges (UFPE); Antônio Martins de Siqueira (UNIFAL); Antônio Nazareno Guimarães Mendes (UFLA); Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU); Aurina Oliveira Santana (CEFET-BA); Carlos Alexandre Netto (UFRGS); Carlos Sigueyuki Sedyama (UFV); Clóvis Silva Lima (UFMS); Damião Duque de Farias (UFGD); Edward Madureira Brasil (UFG); Flávio Antônio dos Santos (CEFET-MG); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidembergue Ordozgoith da Frota (UFAM); Jesualdo Pereira Farias (UFC); João Carlos Brahm Cousin (FURG); João Luiz Martins (UFOP); José Carlos Tavares Carvalho (UNIFAP); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); Josivan Barbosa Menezes (UFERSA); Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Manoel Catarino Paes-Peró (UFMS); Márcia Helena Mendonça (UFPR); Maria Stella de Alcântara Gil (UFSCar); Marco Aurélio Leite Nunes (UFRA); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ); Miriam da Costa Oliveira (UFCSPA); Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Natalino Salgado Filho (UFMA); Paulo Gabriel Soledade Nacif (UFRB); Paulo Speller (UFMT); Pedro Ângelo de Almeida Abreu (UFVJM); Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEI); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto Armando Aguiar (UnB); Roberto de Souza Salles (UFF); Roberto Ramos Santos (UFRR); Rômulo Soares Polari (UFPB); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Valmar Corrêa de Andrade (UFRPE). Dando início à reunião, o presidente da Andifes, reitor Amaro Lins (UFPE), cumprimentou os presentes e deu as boas-vindas ao reitor Carlos Alexandre Netto (UFRGS) e passou aos informes: 1) revisão da matriz: foi feito um aporte adicional de recursos para fazer a compensação do encaminhado para o MEC; 2) TCU: continua o trabalho do MEC junto ao TCU tentando aparar algumas arestas e definir diretrizes de relacionamento das IFES com as fundações e o comportamento das IFES. Apesar das dificuldades, está-se tentando construir um quadro que permita o relacionamento com as IFES. Tivemos aquele relatório, vamos ter um relatório do TCU sobre 16 fundações e um relatório sobre hospitais universitários que vão ser auditados pelo TCU. A partir dessas situações serão definidas normas de condutas que esperamos positivas; 3) amanhã estarão presentes o secretário executivo do MEC, Henrique Paim, o secretário Ronaldo Mota (SESu) e a ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, primeira vez que um ministro da Casa Civil comparece à Andifes, e com a visão que esta tem hoje dos planos e metas do Governo Federal. Será uma reunião de caráter político, do ponto de vista político institucional, não serão tratadas questões do dia-a-dia. A ministra falará sobre a visão do governo sobre o projeto de desenvolvimento do país e o papel das IFES nesse contexto, procurar construir uma agenda, uma relação. Dando início aos pontos de pauta: 1) HUs: ficou definido que Comissão de HUs elaboraria uma proposta de

modelo de funcionamento dos hospitais. Após várias reuniões, o presidente da Comissão, reitor Arquimedes Ciloni (UFU), trouxe uma apresentação desafiadora. O foco será o modelo de gestão dos hospitais. “O nosso objetivo é apresentar uma proposta, aprová-la, encaminhar às nossas IFES para discussão com os hospitais e conselhos e marcar uma reunião no prazo de trinta dias para a proposta definitiva”. Passando ao *Acordo de mútua cooperação e intercâmbio para a produção do livro universitário*, este foi votado e aprovado. A seguir os informes dos vice-presidentes regionais: 1) reitor Natalino Salgado Filho (UFMA): sugere aproveitar a reunião no dia 30 em Maceió para colocar uma agenda e discutir as formas que a região nordeste apresenta seus problemas regionais e nacionais. 2) diretor-geral Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ): propõe que na próxima reunião do Conselho Pleno em Minas Gerais, reunir também as regionais. O presidente retomou a palavra para dar as boas-vindas à reitora eleita da UFMT, Maria Lúcia Cavalli Neder. A seguir os informes das IFES: 1) reitor Helvécio Luiz dos Reis (UFSJ): relatou que depois de 21 anos de universidade, houve a primeira ocupação por dois dias. Afirma que a assistência estudantil será um tema crescente com a implantação do REUNI e que a pauta dos alunos foi a criação de uma pró-reitoria de assistência estudantil. Essa proposta será levada ao Conselho Universitário dia 6. A outra pauta tratada foi a destinação de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que é um programa realizado inclusive pela Andifes. As duas questões já estavam previamente acordadas. No dia 11 de setembro encerrou-se a ocupação, por uma ação da AGU, que pediu **ao juiz a reintegração de posse**; 2) reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS): na reunião de votação do REUNI, o conselho da UFS foi invadido, obrigando a votação em outro ambiente da universidade. Uma representante do corpo estudantil entrou com uma ação contra a universidade alegando que teve cerceado o direito de participar da reunião. O juiz que recebeu a ação não deu a liminar e o mérito foi julgado e a sentença foi interessante para os reitores. Ele afirma o direito de reunião, quem cerceou foi quem invadiu, não propõe multa. Relatou que foi vítima de uma nova multa. As multas do TCU acerca de transferência de recursos no final de ano para as Fundações relacionados ao Hospital Universitário fazem parte do cálculo de risco da atividade de reitor. Recentemente a UFS foi auditada pela Super Receita, que alia a Receita Federal e o INSS, foram solicitadas informações acerca dos nossos recolhimentos para o INSS. Disseram que estava tudo bem, porém precisávamos alimentar também o banco de dados da Super Receita. Contribuições de cinco anos atrás até hoje. O nosso pessoal tentou fazer a transposição de dados do SIAFE. E não conseguiu. A Super Receita não aceitou. Entrou-se em contato com a Secretaria do Tesouro Nacional e a informação por e-mail é que estavam desenvolvendo um “extrator de dados”. Terminado o prazo, a universidade com recolhimento regular, porém não consegue informar no banco de dados da Super Receita. O auditor, como não consegue identificar quem seria o responsável, multa o reitor. O detalhe é que o programa de banco de dados da Super Receita não existe ainda. Outro detalhe é que é tudo no mesmo Ministério. Após eu ter entrado com recurso, chegou um ofício da Secretaria do Tesouro Nacional, afirmando que ainda não tem o extrator de dados para informar ao Governo Federal os recolhimentos do Governo Federal; 3) reitor Roberto Ramos Santos (UFRR): a universidade, no período de sua crise com o pagamento de energia, identificou que no *campus* passavam torres da Eletronorte. Contatada a empresa para certificação que havia algum acordo firmado para uso da área, a resposta foi negativa. Foram iniciadas as conversações com a Eletronorte para obtenção de concessão ou benefício por permitir a passagem da linha transmissão da energia, que é comprada da Venezuela para abastecer o estado de Roraima e parte do estado do Amazonas. Num primeiro momento, a empresa ressaltou que não poderia fazer nenhum tipo de acordo e que não havia jurisprudência. Entretanto foi verificado que a Eletronorte tem um acordo firmado com as organizações indígenas, via FUNAI de recursos na ordem de cinco milhões, um milhão por ano, para atender as comunidades indígenas como uma forma de compensação. Então avançamos na conversação, mas ocorreram mudanças na direção da Eletronorte e isso foi deixado de lado. Posteriormente a Eletronorte

iniciou uma segunda passagem de linha de transmissão dentro do *campus* sem autorização. A Eletronorte entrou na justiça pleiteando o uso do espaço público da universidade para passar a linha de transmissão. A justiça entendeu que **o terreno é de propriedade da universidade**; 4) reitor Alan Barbiero (UFT): manifesta indignação sobre um outro PL sobre a distribuição das CDs e FGs e falta de lógica na distribuição. As primeiras universidades que apresentaram uma proposta do REUNI no SIMEC não tiveram um espaço para preencher a fim de saber o impacto orçamentário que teria no seu custeio quando você lança uma CD 4. Então, eu gostaria que a Andifes discutisse esta questão. O presidente retomou a palavra para esclarecer que em reunião com o Ministro esta situação foi colocada como um caso à parte por ser uma exceção à regra. A negociação foi como se segue: o MEC tem os dados que foram das solicitações. E agora esses dados, junto com o acompanhamento da Andifes vão ser analisados. No seu caso é diferente, o recurso que você tem para alocar não é suficiente. Nós vamos discutir isso aqui e a metodologia é essa – levantar as demandas das universidades e quais ajustes elas querem fazer 5) Vice-reitor Silvio Luiz Oliveira Soglia (UFRB): acerca da inclusão da UFRB no índice geral de curso, fomos surpreendidos com a divulgação da nossa nota. A nossa universidade foi criada a partir de um desmembramento da escola de agronomia da UFBA e esse índice foi feito enquanto escola ainda isolada e foi publicado como índice da universidade e esta foi classificada como a pior instituição. E isso trouxe um impacto realmente muito ruim. Imediatamente soltamos notas para a imprensa, tentando remediar a situação e pedimos uma visita in loco do INEP para verificarem as novas instalações e, ao mesmo tempo, solicitamos uma audiência com o Ministro, já concedida, para tratar desse episódio tão desastroso. A universidade foi penalizada. O presidente retomou a palavra para informar da presença do INEP na penúltima reunião e da necessidade de trazê-lo novamente para, junto com a SESu aprofundar a discussão desse assunto. Todos reconhecemos a importância e a necessidade da avaliação, porém sempre aperfeiçoada. Nós entregamos ao Ministro uma relação de ofícios encaminhados, com uma série de questões, as quais ficaram de trazer as respostas amanhã. Balduino, tomou a palavra e relatou que o presidente do INEP disse independente da avaliação, que fosse feito um tratamento de parceiro com as IFES pelo menos, no sentido de se informar com antecedência para não pegar as IFES desprevenidas. E acho que foi uma falta de consideração com esse coletivo que foi parceiro. Dito isso, quero falar sobre duas coisas. Olhando para a árvore, sem olhar para as folhas, estou morrendo de orgulho do resultado que nós alcançamos. Trabalho aqui na Andifes há quinze anos e na hora que eu vi aquele resultado, eu vi meu trabalho na Andifes de alguma maneira naquele resultado. Então todos estamos de parabéns. Não paramos para comemorar isso em momento algum. Ser 22º ou 30º, ainda é excelente nesse contexto. E dentre as 10 primeiras, nove são Federais, independente dos critérios, muito frágeis. Acho que temos que nos vangloriar disso publicamente, com a maior ênfase possível. Qualquer que seja a avaliação nos saímos muito bem. Na sexta-feira anterior à publicação, saiu um editorial na Folha de São Paulo com uma crítica indigna. Três dias depois, a mesma Folha de São Paulo é obrigada a colocar em suas páginas centrais a lista com as melhores universidades do país. Uma resposta ao próprio editorial. Ninguém poderia ter escrito nada melhor que aquele resultado. A outra coisa é que incomoda muito, sem dúvida, que há um certa componente construída do setor privado em relação ao REUNI, essas denúncias, manchetes, ocorrem em todas as IFES. 8) reitor Paulo Speller (UFMT): a Comissão de Educação a Distância tem se reunido sistematicamente, trabalhado muito e mantido contatos de parceria com o Ministério de Comunicações. Após a reunião do Pleno haverá reunião com o secretário de Educação a Distância e com o diretor da Universidade Aberta do Brasil. Antecipo o anúncio da segunda cota vagas de técnicos e professores, já distribuímos a primeira parcela no total de quatro. Adotamos uma sistemática de levar ao FORPLAD a incorporação da distribuição dessas vaga com critérios estabelecido pelo Pleno; 9) reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN): Faremos uma reunião da comissão de Ciência e Tecnologia no próximo Pleno ou até mesmo antes, mas estamos tocando as ações do PAPG, que envolve um grupo de

trabalho que é composto por representantes do MEC, MIDC e CNI. O presidente da Andifes já entregou ao ministro da Educação os nomes dos componentes do grupo para que seja feita uma portaria interministerial responsável pelo comitê gestor do PAPG. Na próxima semana haverá reunião com os pró-reitores de pós-graduação da IFES para apresentação da segunda etapa dos encaminhamentos das informações, na primeira etapa cada programa inseriu suas propostas e encerramos a etapa de coleta de dados. O secretário executivo está distribuindo uma senha para que cada universidade tenha acesso ao novo formulário e seu preenchimento será explicado na reunião do dia 30. Na última semana nos reunimos com o presidente do BNDES e ele indicou um representante para o grupo e que terá como papel de verificar dentro do BNDES o financiamento do programa. Na área da Comissão de Ciência e Tecnologia, estamos trabalhando para que seja ampliado os recursos, o edital sairá em novembro e as IFES deverão se preparar. A presença da Ministra amanhã, faz parte do esforço do presidente em termos de uma participação maior do governo em garantir uma boa recepção do programa. Em relação a Petrobras, há uma proposta da UFRGS sobre propriedade intelectual e que estamos trabalhando para aperfeiçoar e temos outros pontos. Há um programa de bolsas para formação de recursos humanos que a ANP já tem e que agora Petrobras quer formatar um programa semelhante. Creio que brevemente teremos notícias favoráveis em relação a este programa. O último ponto é uma melhor distribuição dos contratos da Petrobras com as IFES, fazendo uma reserva de um percentual mínimo para Norte e Nordeste. A empresa se compromete em trabalhar no sentido de ter uma melhor distribuição de seus recursos. O presidente passa a palavra ao reitor Arquimedes Ciloni (UFU), presidente da Comissão de HUs, para os relatos do próximo ponto de pauta: começando com o relato do Henrique Paim. O governo criou a figura de unidade gestora para que se tenha real diagnóstico da situação dos HUs e a segunda portaria que foi lançada, visa equacionar o problema até março de 2009, pretende que os contratos dos serviços por cargos que já foram extintos, limpeza, vigilância etc., sejam realizados pela unidade gestora, ou seja, exonera-se a fundação, provavelmente demitiremos na fundação, só que não haverá dinheiro novo e aumenta os nossos custos. Nessa segunda-feira eu recebi o primeiro ofício segundo as compras, adoção de um pregão nacional para compra de um grupo de medicamentos. No que diz respeito a informações a plataforma está muito atrasada e há um grupo no MEC trabalhando para agilizar uma nova plataforma para coleta informações, com o que poderemos construir uma matriz de indicadores hospitalares, para que seja elaborado planos de ações para cada hospital. No dia da reunião ele nos disse que estava em via de ser enviado pela Casa Civil a medida provisória que regulariza a lei dos plantões. No projeto da LOA está a permissão de que créditos de 2008 sejam utilizados em 2009, isto para o MEC. O Paim pediu que trabalhemos junto à Comissão de Orçamento e do Congresso para incluir também a fonte saúde. Ele registra avanços na relação entre o MEC e ministério da Saúde, parece que estão caminhando para falarem a mesma língua. Foi citada também a idéia de se fazer um REUNI para os hospitais universitários, a questão de contratação de pessoal e fundação estatal. Todos estão interligados e as propostas precisam de um novo modelo, pois o modelo atual está esgotado. Na questão de pessoal, contratação temporária é um grave problema e o governo é contra pois deve ser usada em problema de menor monta. Então, o Governo não vai concordar com contratos de curta duração. E foi feito um apelo à unidade: Paim volta a destacar a necessidade de um novo modelo, dentro da unidade, assim como o REUNI. Foi dito claramente para ele que o REUNI é unanimidade, vista com bons olhos pela sociedade. A sociedade não tem noção do que é fundação estatal e não teremos apoio, pelo contrário. O projeto de fundação estatal já perdeu sua essência a questão do celetismo e estabilidade no emprego. Algumas medidas que foram consenso na Comissão: medidas emergenciais que garantam o funcionamento dos HUs não atreladas ao nosso apoio à fundação estatal; agilizar a liberação de recursos suplementares; acompanhamento da Andifes para promover acordos do TCU; retomada das reuniões da Comissão dos Hospitais Universitários, paradas por má vontade do Ministério da Saúde; contratação de servidores; rever,

junto ao Ministério da Saúde, todas as questões. Agora, uma sugestão muito forte do procurador da UFMA, “oficializar “ as atuais fundações de apoio., já assimiladas pela comunidade. Não há como fecharmos essas fundações, pois o credor não aceita. Então, lutemos por uma mudança na lei de fundações, para transformar a existente em uma fundações sob controle social. Na questão das organizações sociais e das OSCIPs, o procurador geral da UFU, Nozella é partidário em transformar as organizações sociais em OSCIPs. Entretanto, isso só pode ser feito via mudança de lei. Temos que aderir à idéia de fundação estatal, ou lutamos para alguma mudança na lei que contemple as próprias fundações atuais, ou mantém como está com dinheiro novo, via reposição parcial das folhas de pagamento. Há medidas paralelas, como por exemplo, renovarmos a contratualização. Há muitas questões colocadas no que diz respeito à fundação estatal. Por exemplo, como fica a situação dos atuais fundacionais? Terão que ser demitidos e a fundação vai recontratar via concurso. Qual IFES tem recursos para arcar com as dívidas trabalhistas das atuais fundações? Na fundação estatal está previsto o regime celetista. Se um funcionário for demitido e entrar na justiça, quem tem dinheiro para arcar com a indenização? É o patrimônio da União quem responderá pelas rescisões trabalhistas? A seguir o reitor Natalino Salgado (UFMA): Um projeto de lei no Congresso, com o respaldo do MPOG, o berço dessa discussão sobre as fundações, para resolver a crise dos hospitais federais no Rio de Janeiro e a resistência do Planejamento, coloca uma camisa de força no MEC em termos de encaminhamentos. Se é um projeto de lei com modificações no Congresso, não sabemos o que será aprovado e assim não temos como aderir, embora reconheçamos que esse modelo não serve e não dá autonomia para os HUs, não permite que façamos uma boa gestão, e precisamos saber se vem com o projeto de financiamento. Se tivermos uma fundação com flexibilidade de gestão, que agilize o bom atendimento com qualidade e eficiência. Não sabemos de que forma essa fundação vai ser aprovada dentro do Congresso e suas conseqüências. Sou a favor de um modelo jurídico, mas não tenho condições de me balizar num encaminhamento de uma fundação estatal sem saber o que será aprovado. Na seqüência o reitor Ronaldo Pena (UFMG): não é possível operar um hospital em um Regime Jurídico Único. Assim, podemos trilhar um caminho com aspectos desconhecidos que é a fundação estatal de direito privado, não me preocupo com a implantação, por conta dos acordos prévios; ou o caminho da fundação existente, quando bem administrada. O hospital da UFMG está funcionando dentro dessa premissa, juntamente com a escola de medicina e enfermagem. Balduino: quantos dirigentes aqui têm hospital universitário, por favor? Temos aqui 19, em um universo de 58. Aumentando a minha preocupação, de acordo com a gravidade do tema, deveria estar cheio. O tema deveria ser de preocupação coletiva, mesmo daqueles que não têm hospital universitário. O que discutimos não é somente o problema do hospital, mas sim o financiamento da educação e o montante para o hospital. Quem não tem hospital não se iluda, o dinheiro é um só. Esse tema é de todo mundo. Minha idéia é tentar combater alguns mitos. O primeiro deles: professor Amaro falou que fundação privada precisa de concurso. A universidade não tem que dar nenhum patrimônio. Na pior das hipóteses, é da fundação. Outra questão, e aí recorro à avaliação. A idéia de que se precisa ter hospital próprio para ter qualidade nos cursos da área de saúde foi derrubada nos últimos resultados. UFMT, UFRGS e FCSPA foram as três melhores e não têm hospital próprio. Outra questão: é preciso ter hospital da quantidade e do tamanho que nós temos? É papel da universidade suportar a assistência à saúde, mesmo nos lugares mais afastados? Existe a necessidade de ter hospital de 400, 500 leitos? É claro que não ignoro a realidade. Hospital é espaço de poder dentro da realidade, é trunfo político. Por outro lado, se o hospital não for da universidade, o problema é resolvido definitivamente. Segundo o reitor Henrique Duque (UFJF), o hospital de Juiz de Fora não tem maternidade, esta é realizada em hospital privado ao custo de R\$ 3 mil. Ter ou não ter hospital é muito relativo. Nem sempre existe um hospital público para receber o aluno. Gustavo Balduino (Andifes): O hospital que a reitora Miriam tem a relação dela é particular, mas se for criado hospital por fundação de apoio, poderá constar o acesso permanente dos alunos. Isso é uma

questão de como criar. Eu concordo com o professor Pena no que diz respeito ao RJU. Não só pela rigidez do sistema, mas pela tabela de salários. Como vou pagar uma tabela de salário diferenciado se não tenho ambiente para isso? Quando a FASUBRA pergunta se haverá dois salários, eu respondo que já tem. A Andifes já debateu esse assunto algumas vezes. No dia 21 de fevereiro de 2006, foi realizado um seminário no hotel Nacional onde tinha uma mesa com secretário Jairo Jorge, antecessor do Paim, João Carlos Bachur, que hoje está no gabinete do Ministro, o Luiz Massoneto, que já foi assessor do Ministro, discutindo o mesmo assunto. De lá para cá os problemas se avolumaram e nada foi resolvido. Outra idéia para se acabar com os mitos: já temos celetistas, porém tratamos como se não existissem. Não podemos chamar para a universidade o problema da saúde pública. Não acredito que o Governo investirá recursos pesados, seja na contratação de pessoal, seja para atender as dívidas emergenciais. Alguns anos atrás nós diríamos “vamos trazer o FIDEPS”. Em seguida veio o problema de novo. Então veio a era da contratualização. Três anos depois estamos novamente com problema. E quando chegam aqui os diretores de hospitais, parece que o problema é fora do hospital, parece que estar absolutamente bem administrado. Será que não devemos tratar do problema de má gestão? Balduino ponderou que a UFGD está com curso de medicina e precisa de hospital, reitor Alan disse que precisa de hospital, reitor Paulo Gabriel precisa de hospital, reitor Januário. Desses, alguns receberam a informação que a condição de fazer o hospital é a partir da Fundação Estatal, a Andifes se posiciona favoravelmente a esta postura. A Andifes não pode ser barreira se a universidade quer este modelo apresentado. Se aquelas universidades que entenderem que este é um caminho que continuem, mesmo porque é uma solução. Essa decisão terá repercussão. Por hipótese que essas outras tomem esse caminho e dê certo. Parece que o diagnóstico é senso comum, que esse modelo não serve. É constitutivo da unidade da Andifes que essa plenária dê uma solução que contemple a todos. Qualquer solução emergencial tem que atender a todos com critério. Se houver recursos, liberação de concursos, a figura do trabalhador temporário da União, tem que atender a todos. Podemos finalmente insistir com a idéia de que o MEC precisa atentar para as diversas soluções apresentadas, principalmente sobre a autonomia. No lugar de ficarmos presos a modelos únicos e fechados que atenda a todos, podemos procurar soluções que atendam àqueles que se sintam satisfeitos. Segundo o reitor Carlos Alexandre Netto (UFRGS), há uma situação diferenciada em Porto Alegre, mas um ponto deve ser levado em conta no coletivo. Os HUs são muito mais importantes para a saúde da população que para os fins educacionais. Se dialogarmos com os diretores de hospitais, talvez 20% da capacidade do HU são empregados para fins educacionais, tanto graduação quanto pós-graduação. Todo o resto é para atender as demandas da população. A universidade sofre um abuso da área da saúde por ter que administrar um problema que *a priori* é um caso para a saúde. A universidade presta um papel que não é necessariamente seu. Se elas têm hoje muitos problemas com os contratos, não são na sua gênese para atender à finalidade educativa, mas para manter o HU funcionando para uma população excedente, por ser em geral o hospital mais qualificado da região. Acho que isso tem que ser considerado, um argumento político, para obter a participação mais ativa do Ministério da Saúde. A reitora Malvina Tuttman (UNIRIO): levamos o REUNI para ser discutido pelos Conselhos Universitários depois de um debate expressivo aqui para nos fortalecermos. Não levamos por uma ordem do MEC. Discutimos e alteramos, em muito, o primeiro decreto que apareceu. Só tivemos a força e possibilidade de acontecer o REUNI devido à discussão feita aqui. Eu não me sinto com a segurança exata para defender uma proposta. Não vou discutir sem uma base e entendimento maiores. Eu escuto e acho interessante que vários modelos podem acontecer, mas me preocupo com a queda do sistema. Se vários modelos acontecem, então a discussão se desvanece. Discutimos uma política maior. A universidade colocará em prática um política do Estado ou da Andifes. Ao iniciar a reunião no dia 25, o presidente passou a palavra ao secretário executivo do MEC, José Henrique Paim Fernandes (MEC). Quanto aos cargos em comissão, Paim relatou discussões internas e diálogo com o MPOG buscando

solucionar o que possivelmente será resolvido no âmbito do Congresso. O resultado do processo de negociação está em uma distribuição de cargos que corresponde ao limite orçamentário previsto no termos de metas do REUNI. Precisamos fazer um encontro de contas, verificar a diferença entre CDs e FGs e buscar solução. Como está tramitando no Congresso o PL 1476 desde 2006, é possível fazer emendas e resolver esse problema. A dificuldade que pode ter é o Anexo V, que envolve quantidade. Mas vamos ter que acertar isso com o MPOG. A tramitação no Congresso só começará de fato após o período eleitoral. A SESu vai tratar desse tema, com cada reitor e vamos fazer esse ajuste e o encaminhamento ao Congresso. Em relação ao que envolve TCU, Ministério Público e aí temos dois temas. Esse ano o TCU escolheu a educação como tema para debate, mas para investigação e auditoria. Há uma série de auditorias sendo feitas no MEC. O TCU tem conhecimento de que já se produziu algumas soluções: o dispositivo na LOA que permite a abertura de créditos no ano seguinte, o que pode resolver boa parte de problemas com o TCU. A questão do adicional de plantão hospitalar, resolve um ponto importante do relacionamento com TCU. Algumas portarias da SPO sinalizam que o MEC tem a preocupação de organizar as contas dos HUs com: criação de unidades orçamentárias, unidades de pagamento no SIAPE, exigência de que a execução dos contratos de manutenção básica sejam feitas no SIAPE. Acredito que com isso vamos ter uma visão melhor por parte dos órgãos de controle. A seguir o secretário Ronaldo Mota (SESu/MEC) explicou a sua saída da SESu. Primeiro, ontem tivemos a oportunidade de reunir todos os membros da SESu e ficou claro que nenhuma das políticas, fluxos e sentimentos se alterarão. Não há nenhum prejuízo do ponto de vista operacional. As relações pessoais permanecem altíssimas, de elevado apreço. Isso não evita desentendimentos. Houve alguns desentendimentos secundários entre o Ministro e eu. E somente no contexto de excesso de trabalho, demanda e estresse, acaba transformando questões pequenas em grandes e não cabem relato. De qualquer forma, é preciso destacar o meu conforto no MEC, e eu tenho a mais profunda admiração pelo Ministro. No entanto, chegamos a desentendimentos secundários, e a possibilidade da minha permanência no MEC estar associada às diretorias da CAPES. Mas não aceitei, a menos que referíssemos à questão de formação de professores. E de forma muito correta, não se mostraram viáveis. O que eu fiz, e o Ministro elogiou o profissionalismo, é que estou indo a um congresso no Chile, com o qual estou compromissado há um ano, e imediatamente ao meu retorno, saio em férias por 11 dias. O que dá ao Ministro o tempo necessário de estabelecer alguém na posição. E eu tenho pedido à equipe que dê todo o suporte necessário à equipe. Não pedi demissão. O Ministro terá toda a liberdade de me exonerar a hora que lhe convier. Lins (UFPE) agradeceu ao ex-secretário exaltando que foi uma relação pautada pelo sucesso. O presidente agradeceu à equipe do MEC e recebeu a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. A ministra falou sobre ao crescimento do país a partir da relação universidade, educação, pesquisa de alta qualidade e afirmou que a retomada e recuperação do sistema de ensino brasileiro torna-se cada vez mais necessária para que o país tenha um crescimento sustentável satisfatório para ultrapassar a condição de país emergente para o desenvolvido. Ela destacou ainda a importância do ensino superior e a reconstrução das universidades federais como instituições de excelência e de ponta em pesquisa e deixou claro que essa mudança de patamar do país só será possível a partir da diminuição das diferenças regionais e da construção de uma agenda própria, proporcionando a ampliação da formação de doutores e mestres, com prioridade para as áreas de conhecimento em ciências exatas. “Sem isso não há como mudar de patamar” – enfatizou ela. “O PAC da ciência e tecnologia inclui a construção de infra-estrutura necessária para isso”, completou. Outra questão levantada para a agenda é exigir dos grandes projetos de infra-estrutura a transferência de tecnologia, através de uma tríade bem articulada incluindo a participação de instituto de pesquisa das universidades, governo e financiamento privado. Sobre os investimentos dos recursos da exploração do petróleo do pré-sal na educação, a Ministra Dilma Rousseff esclareceu que esses recursos darão ao governo a oportunidade de qualificar melhor os professores e pesquisadores,

fornecendo equipamentos, ampliando a oferta de cursos de pós graduação no Brasil e no exterior e construindo centros de excelência que tenham destaque entre os 10 primeiros melhores do mundo. Lins destacou que a presença da ministra Rousseff na reunião do Conselho Pleno é um momento especial para a Associação e o reconhecimento do papel das universidades federais no desenvolvimento econômico e social do país. Afirmou ainda que a apresentação da ministra se alia à visão dos reitores quanto à necessidade de integrar as instituições ao projeto de desenvolvimento, na formação de pessoal e na produção de pesquisas científicas de alta qualidade e relevância que atendam às necessidades do país, incrementando o setor produtivo com novos serviços e produtos. Para aproximar a produção tecnológica das universidades com o setor produtivo a Andifes tem articulado um projeto de expansão do ensino de pós-graduação junto ao MEC, ao MCT, ao Ministério da Indústria e Comércio Exterior e demais entidades relacionadas ao setor, como CNI e BNDES. O Programa de Apoio à Pós Graduação das IFES (PAPG) pretende consolidar e expandir programas de formação pós-graduada, contemplando a correção das diferenças regionais e das áreas de conhecimento. Procura também atender à demanda de pessoal qualificado para a implementação das políticas industrial e de desenvolvimento em Ciência e Tecnologia no País, como o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC). Atualmente, no Brasil, faltam técnicos e especialistas para fomento da produção das indústria naval, química e setor energético, nas áreas do petróleo, etanol e energia eólica, por exemplo. Após o almoço o presidente recebeu o secretário executivo adjunto do MEC, Francisco das Chagas e o assessor Arlindo para tratar da Conferência Nacional de Educação. A conferência seria realizada em 2010, no primeiro semestre de 2009 para conferências municipais, segundo semestre para as conferências estaduais e em 2010 aconteceria a conferência nacional da educação. Especificamente em relação ao Ensino Superior, por não ter realizado a Conferência Nacional, como a Educação Básica, o Conselho Nacional de Educação, junto com a SESu, está em conversação para preparar a Conferência Nacional. Não entrarei em detalhes sobre essa organização, mas há a preocupação para um preparo. Na realidade, tomei a iniciativa de conversar com os reitores, apesar de as demais Instituições estarem representadas. Especificamente em relação às IFES, coloco duas questões: o envolvimento das IFES em uma conferência desse calibre é extremamente importante, na mobilização, no debate. Nossas IFES têm um acúmulo do tema central da conferência. Claro que a comissão não aprovou o tema central, mas possivelmente será o mesmo da Educação Básica: o Sistema Nacional de Educação. E as IFES têm ajudado nesse debate sobre como seria um Sistema Nacional de Educação articulado, com o devido regime de colaboração. A outra questão, dentro do tema, que nos envolve nesses dois anos: o Plano Nacional de Educação, que terminará em 2010. E não poderíamos fazer uma conferência sem a menção do Plano. Com seu término, deverá ter outro Plano para dar continuidade. Por esse tema em proposição, as IFES têm um poder grande na discussão. As IFES também serão de grande auxílio na organização das conferências estaduais. Em relação à estrutura organizacional, conversei com o professor Amaro e o Gustavo sobre a restrição do orçamento dentro das conferências municipais e estaduais. Tínhamos dificuldades para a transferência de custos por conta de convênios. Então precisamos das IFES para viabilizar isso. Lins ressaltou a importância dessa conferência, e da participação fundamental das IFES na organização da conferência. A seguir relatou encontro promovido pela UnB, do qual participaram algumas IES, tratando da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP): "a idéia é fortalecer a integração. A participação ampla das IFES. Esse ano, a presidência da AULP é do Brasil, posteriormente verificaremos se há interesse de algum reitor em assumir essa presidência. As declarações completas dessa reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino  
Secretário executivo da Andifes